

PRODUTOS E SUBSISTÊNCIA FAMILIAR

Camila Pasa¹

RESUMO: Nas atividades de agricultura familiar é visível o papel que os povos de saber local desempenham na exploração dos ambientes naturais fornecendo informações sobre as diferentes formas de manejo executadas no seu cotidiano e usufruindo do uso dos recursos vegetais enquanto forma de sustentação dos povos. A alta flexibilidade de adaptação dos diferentes processos de produção e as variedades de fontes de renda torna a agricultura familiar elemento fundamental da modernização agrícola e, particularmente, de certas cadeias agroindustriais no mundo.

Palavras –chave: Sustentabilidade, mão-de- obra, agroindústria.

PRODUCTS AND FAMILY SUBSISTENCE

ABSTRACT: Family farming activities is visible the role that people of local knowledge play in the exploitation of natural environments by providing information on the different ways of handling performed in their daily lives and enjoying the use of plant resources as a form of support of the people. The high flexibility of adaptation of the different processes of production and the varieties of sources of income makes family farming fundamental element of agricultural modernization, and particularly of certain agro-industrial chains in the world.

Key words: Sustainability, labor, agrobusiness.

¹Mestre em Ciência Animal. FAMEVZ. UFMT. Cuiabá. pasa_camila@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Não há uma definição universal sobre agricultura familiar, embora algumas sejam mais amplamente aceitas. Em muitos casos, como o brasileiro, há uma associação entre o espaço explorado pelos pequenos produtores, que considera o espaço da família, com referencial básico de Unidades Produtivas (quatro módulos fiscais). Mas isso é muito diferente da definição utilizada nos Estados Unidos, por exemplo, onde são incluídas fazendas de todos os tamanhos, desde aquelas com baixos níveis de renda ou produção até propriedades que são multimilionárias, mas todas conduzidas pelas famílias, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura -FAO (Lowder, S.K., Skoet, J. and Singh, S. 2014). As chamadas *small family farms* representam 21% da produção agrícola norte-americana (Hoppe & MacDonald, 2013).

Também é necessário definir o que se entende por “agricultura familiar”, pois não se trata de um conceito universal. No Brasil, atualmente, é razoável admitir, salvo especificação em contrário, que se utiliza a definição da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Essencialmente, a definição é a seguinte: Art. 3o. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Informações complementares podem ser obtidas em IBGE (2009). Esse último texto discute as diferenças entre a atual definição legal e o conceito usado anteriormente em estudo da Food and Agricultural Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA).

A alta flexibilidade de adaptação dos diferentes processos de produção e a variedade de fonte de renda tornou a agricultura familiar elemento fundamental da modernização agrícola e, particularmente, de certas cadeias agroindustriais. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também na geração de

emprego e renda e na segurança alimentar. Também é premente a necessidade de resgatar a dívida social com a agricultora familiar em decorrência da agricultura moderna. Sabendo-se ainda que a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada pela exploração familiar e que o produtor familiar não possui único padrão cultural, social e econômico, mas difere entre si intensamente, faz-se necessário estudá-lo em suas várias formas. A capacidade (ou incapacidade) de sustentação e reprodução deste agricultor com a prática agrícola que exerce e no contexto sócioeconômico a que ele está inserido poderá mostrar um caminho a ser seguido por políticas públicas e uma base para futuros estudos acerca do produtor, da produção familiar e seu posicionamento quanto à agricultura sustentável (GOMES, 2004).

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Adotando a definição legal de agricultura familiar, o IBGE destacou, nos resultados do Censo Agropecuário de 2006, a contribuição da agricultura familiar. A primeira versão dos resultados foi publicada em 2009. Posteriormente o IBGE elaborou uma “Segunda Apuração” de todos os dados, que foi divulgada em 2012. Os novos resultados referentes à agricultura familiar não foram publicados em papel, mas estão disponíveis no site do IBGE. Essa é a fonte dos dados apresentados na Tabela 1, na qual se verifica que, no Brasil, em 2006, a agricultura familiar participou com 83,2% da produção de mandioca, 69,6% da produção de feijão (agregando todos os tipos), 33,1% da produção de arroz em casca e 14,0% da produção de soja.

Tabela 1. Produção da agricultura familiar e da não familiar para produtos selecionados. Brasil, 2006.

PRODUTO (%)	PRODUÇÃO NÃO FAMILIAR	PRODUÇÃO FAMILIAR	PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
Arroz em casca (1.000 t)	6.484	3.204	33,1
Feijão-preto (1.000 t)	160	512	76,2
Feijão de cor (1.000 t)	595	685	53,5
Feijão-outros ¹ (1 000 t)	184	953	83,8
Feijão-total (1.000 t)	939	2.149	69,6
Mandioca (1.000 t)	2.006	9.907	83,2
Milho em grão (1.000 t)	22.555	18.873	45,6
Soja (1.000 t)	39.731	6.465	14,0
Trigo (1.000 t)	1.760	473	21,2
Café em grão (verde) (1000 t)	1.502	919	38,0
Leite de vaca (106 litros)	8.719	11.849	57,6
Leite de cabra (106 litros)	12	24	67,1
Ovos de galinha (106 dúzias)	2.231	451	16,2

Fonte: IBGE. 2006.

¹ Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar, em grão.

Se, para o feijão considerarmos o agregado dos diversos tipos, entre os produtos considerados na Tabela 1 o único para o qual a contribuição da agricultura familiar ultrapassa 70% é a mandioca. Mas se trata de participação na produção total dessa lavoura e não da contribuição para a alimentação dos brasileiros.

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 permitem avaliar a contribuição dos diversos alimentos para a nutrição dos brasileiros. Para uma amostra de pessoas de 10 anos ou mais foi registrado o consumo de todos os alimentos ao longo de 24 horas. O IBGE também fornece uma tabela que permite calcular a energia e os nutrientes fornecidos por cada alimento. Considerando os alimentos constituídos essencialmente por mandioca (aipim, macaxeira, tapioca, farinha de mandioca, etc.) verifica-se que eles fornecem apenas 2,3% da energia total dos alimentos consumidos⁴.

Considerando os diversos tipos de arroz e as preparações à base de arroz, verifica-se que fornecem 12,9% da energia total dos alimentos consumidos. Essa porcentagem é igual a 11,2% para os diversos tipos de feijão e as preparações à base de feijão e é 9,0% Considerando os diversos tipos de arroz e as preparações à base de arroz, verifica-se que fornecem 12,9% da energia total dos alimentos consumidos. Essa porcentagem é igual a 11,2% para os diversos tipos de feijão e as preparações à base de feijão e é 9,0% considerando os diversos tipos de pão de sal, exclusive o pão de milho, mostrando a importância do trigo na alimentação do brasileiro.

É óbvio que uma avaliação completa da importância da mandioca para a alimentação dos brasileiros exigiria considerar a sua contribuição no fornecimento de proteínas, lipídios, etc. Mas o objetivo dessa nota é apenas mostrar que não há justificativa possível para o mito dos “70%”.

No que se refere à mandioca, cabe ressaltar que ela é muito importante na alimentação dos próprios agricultores familiares. Trata-se de uma lavoura rústica e, para o pequeno agricultor familiar, o produto fica “armazenado” na roça e, quando necessário, ele arranca um ou mais pés de mandioca. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 indicam que apenas 48,9% da produção de mandioca da agricultura familiar são vendidas e mais da metade é consumida ou processada no próprio estabelecimento.

⁴ Foram utilizados, para cada pessoa, apenas os dados do 1o dia de registro do consumo, como feito pelo próprio IBGE.

AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO MATO GROSSO

No estado de Mato Grosso a história de ocupação é complexa, pode-se dizer que este Estado começa a despontar no cenário brasileiro a partir do avanço da frente pioneira paulista, em meados do século 20. Em um primeiro momento, este avanço provocou a ocupação no norte do Paraná, expandindo-se, posteriormente. Uma das últimas áreas de fronteira do país, o Estado de Mato Grosso é ainda hoje uma possibilidade para a população que busca alternativas para a migração. Paralelamente ao processo de “urbanização da fronteira”, assiste-se em Mato Grosso outras iniciativas com impactos importantes, que dão novas especificidades ao reordenamento da população no território e também às perspectivas de continuidade de ocupação demográfica do Estado, como os assentamentos agrícolas e novas frentes pioneiras. Após ter apresentado um forte processo de ocupação até meados dos anos 80, Mato Grosso experimenta um visível arrefecimento do seu crescimento demográfico, contudo mantendo áreas ainda com relativo dinamismo. Ancorado na análise de dados dos Censos Demográficos e Agropecuários e em entrevistas realizadas no Estado, este artigo centra-se na análise das tendências migratórias e seus impactos no processo de ocupação do espaço mato-grossense nos últimos vinte anos, com ênfase no comportamento de algumas áreas representativas dos principais processos em curso, buscando situá-las no contexto mais amplo de mudanças nos padrões de ocupação econômica. As análises mostram, por um lado, uma forte associação entre ambos os fenômenos, a partir do impacto das atividades extensivas (pecuária, soja, algodão) na redução das possibilidades de absorção dos migrantes no meio rural, e, por outro, os efeitos “compensadores” dos assentamentos de reforma agrária. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso José Marcos Pinto da Cunha* para o sul do antigo Estado de Mato Grosso, com a pecuária de corte. Em seguida, nos anos 60, houve a entrada de gaúchos e paranaenses que se dedicavam à cultura do trigo e da soja (IPEA e FJN, 1997).

A dinâmica socioeconômica e a configuração espacial observada no caso de Mato Grosso assemelham-se bastante a “fases” já verificadas em outros Estados da região Centro-Oeste – como Goiás ou Mato Grosso do Sul –, que tiveram a ocupação de seus

territórios anteriormente. No entanto, para o Estado de Mato Grosso, evidenciase uma maior intensificação do processo de ocupação demográfica e econômica recente, acarretando, de forma muito mais precoce, os impactos de grandes transformações na estrutura produtiva e fundiária regional, o que teve importantes implicações sobre sua dinâmica migratória (CALVACANTE; FIGUEIREDO, 2008).

A região Centro-Oeste e, particularmente, o Mato Grosso possuem uma economia com caráter essencialmente agrícola e urbanização crescente, mas ainda com extensas áreas de matas e florestas. Estas características formam o retrato da sua diversidade demográfica e ambiental, que são capazes de explicar seu grande dinamismo econômico nos últimos anos (CRUZ, 2008).

A diversificação produtiva é característica marcante na agricultura familiar na Região Centro Oeste, aquela fora dos assentamentos trabalha com onze atividades principais e dentro dos assentamentos com quatorze (OLIVEIRA, 1997). Além disso, existe comportamento agrícola diferenciado entre a agricultura familiar de assentados e não assentados, onde as cinco prioridades dos assentados são as culturas de banana (11,3%), abóbora (9,5%), algodão arbóreo (8,7%), milho (8,5%) e arroz de sequeiro (8,0%). Enquanto, para os não assentados são as culturas de milho (40,9%), arroz de sequeiro (28,4%), banana (8,4%), mandioca (6%) e hortaliças (5,2%) o que reflete as diferentes prioridades econômicas e sociais que cada segmento possui, em relação à permanência, como participante no sistema econômico (OLIVEIRA, 1997).

Nesse sentido, as participações de instituições de pesquisas desempenham o importante papel de disponibilizar inovações tecnológicas às propriedades familiares, e, através da assistência técnica, agregarem conhecimentos inovadores aos agricultores (CALVACANTE; FIGUEIREDO, 2008).

A Região Centro-Oeste apresenta o menor número de estabelecimentos familiares que agregam a menor área total, em relação às demais regiões, 4% e 13%, respectivamente. No que diz respeito à participação relativa dos agricultores em práticas tecnológicas ocorre absorção ainda deficitária às inovações, com participação variando de 3% a 44%, conforme a modalidade de tecnologia implantada. Os níveis de absorção tecnológicos relativamente baixos podem ser explicados pela defasagem nos índices de assistência técnica, que, para 69% dos agricultores, foram considerados insatisfatórios (CALVACANTE; FIGUEIREDO, 2008).

Ainda, ocorrem diferenças de prioridades na adoção das práticas tecnológicas na agricultura familiar da Região Centro Oeste, enquanto a dos assentados, a força animal ou mecânica é praticada por 60% dos agricultores, fora dos assentamentos. Esta prática agrega 53%, Quanto à presença da assistência técnica, 31% dos agricultores assentados disseram ser de regular a boa qualidade, e, apenas 25% dos não assentados declararam receber esta prática (CRUZ, 2008).

A diferenciação na absorção de inovações tecnológicas pelos agricultores assentados também se faz presente, onde as principais são o uso de sementes e mudas selecionadas 44%, manejo racional de pastagens 41%, defensivos agrícolas 38%, tração mecânica 35% e tratos culturais adequados 28%, enquanto as menos utilizadas ficam com irrigação e drenagem 3%, armazenagem e conservação de forragem 9%, conservação do solo 10%, correção do solo 10% e ração concentrada 18% (VEIGA, 2002).

A análise comparativa das produtividades entre regiões geográficas do país revela uma situação satisfatória e coerente com a realidade sócio-econômica dos agricultores, ajustando-se às especificidades das culturas analisadas. Assim, na cultura do arroz de sequeiro, configuram-se para as cinco regiões, situações diferenciadas quanto à absorção tecnológica, além de apresentarem parâmetros de produtividade menores do que os apontados pela Embrapa para a década dos anos de 1980 (VEIGA, 2002).

Para a cultura do milho, apesar da interferência de fatores intrínsecos às respectivas regiões, evidenciam-se maiores possibilidades de absorção tecnológica na produção de milho por parte dos agricultores assentados das regiões Sul e Centro-Oeste. A cultura da mandioca, na Região Sul, é a mais produtiva do país, superior em 43,5% à segunda colocada, que cabe à Região Centro-Oeste, cuja produtividade é superior às regiões Sudeste, Norte e Nordeste, o que reflete a baixa absorção tecnológica dessas três regiões em relação às regiões Sul e Centro-Oeste (CRUZ, 2008).

Na cana-de-açúcar, os agricultores assentados da Região Centro Oeste possuem produtividade inferior em 71,3% da Região Sudeste, e, superior em 48,7% à Sul, denotando a presença de fatores físicos favoráveis ao cultivo da cana na região central do país, além da capacidade de absorção de tecnologias por seus agricultores familiares, assim, percebeu-se que a agricultura familiar do Centro-Oeste vem respondendo adequadamente aos avanços tecnológicos à sua sustentabilidade (CALVACANTE; FIGUEIREDO, 2008).

Por outro lado, a hipótese que afirma serem essas políticas públicas ineficientes no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico do Centro-Oeste, é rejeitada, pois os recursos destinados à Região Centro-Oeste são proporcionais ao potencial produtivo da região (CRUZ, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, a incorporação das inovações tecnológicas na agricultura familiar promove a transição do modo de produção de subsistência à propriedade geradora de excedentes econômicos. No âmbito social, os avanços tecnológicos no campo ampliam o acesso dos agricultores a espaços democráticos, favorecendo a inclusão social do país.

A participação do poder público neste setor torna-se imprescindível, canalizando esforços na formulação de políticas, planos, assistência técnica, zoneamento agroclimático, prioridades e estratégias de inovações tecnológica e institucional, aumentando os recursos financeiros que viabilizem a realização e o desenvolvimento da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, B. S. e FIGUEIREDO, P. N. Inovação e **Crescimento Industrial. Conjuntura Econômica**. Jul.2008. vol.62. nº 07. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CRUZ, José Carlos. et al. Cultivo do milho. Embrapa milho e sorgo. Set. 2007. Disponível em : . Acesso em 09 de julho, 2015.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de biologia e ciências da terra**. (5):1. 2004.

Hoppe, R. & MacDonald, J. Updating the ERS Farm Typology. EIB-110. Washington D.C.: U.S. Department of Agriculture, **Economic Research Service**, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006 – **Agricultura Familiar** – Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

IPEA/FJN. **Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil**. Recife, 1997.

LOWDER, S.K., SKOET, J. AND SINGH, S. What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide? Background paper for

The State of Food and Agriculture 2014. ESA Working Paper No. 14-02. Rome: **FAO**, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** Tese de livre-docência. São Paulo, USP, 1997.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Editora Autores Associados. 2002.